



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

CIRCULAR N.º 1 /BVC/ 2012

PROCESSO DE ADMISSÃO À COTAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Preâmbulo

A admissão à cotação de valores mobiliários encontra-se dependente do preenchimento cumulativo dos requisitos previstos na lei e em circular da Bolsa de Valores. Os requisitos legislativos têm a sua fonte nos artigos 116.º, n.º 1 e 117.º, n.º 1 e 2 do Código do Mercado dos Valores Mobiliários, consoante estejam em causa respectivamente acções ou obrigações. A admissão deve ser requerida, através de um operador de bolsa, pela sociedade emitente ou por portadores dos valores a cotar que detenham, pelo menos 10% (dez por cento) desses valores.

Além disso, a admissão à cotação fica condicionada à publicação pela entidade emitente de um prospecto aprovado pela Bolsa de Valores. Nos termos dos artigos 122.º, n.º 2 e 125.º, n.º 6, do Código do Mercado dos Valores Mobiliários as normas a observar na instrução, tramitação e decisão dos pedidos de admissão à cotação, bem como o conteúdo do prospecto são fixadas em circular da Bolsa de Valores.

De forma a reflectir no direito interno cabo-verdiano as soluções adoptadas a nível internacional, o novo Código do Mercado e dos Valores Mobiliários e a respectiva regulamentação regulam o prospecto de oferta pública de distribuição e modelos aplicáveis com remissão para os modelos previstos nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004, da Comissão Europeia, de 29 de Abril. Deste modo, justifica-se que o conteúdo do presente prospecto seja idêntico ao dos referidos modelos, assegurando-se assim a harmonização dos prospectos quer a nível interno, quer a nível internacional, o que contribuirá, indubitavelmente, para a internacionalização do mercado de capitais de Cabo Verde.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 122.º, n.º 2 e 125.º, n.º 6 do Código do Mercado dos Valores Mobiliários a Bolsa de Valores de Cabo Verde aprova a seguinte circular:



BOLSA DE VALORES

CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

(Âmbito)

A presente circular estabelece as normas a observar na instrução, tramitação e decisão dos pedidos de admissão à cotação de valores mobiliários e, bem assim, determina o conteúdo do prospecto a publicar por ocasião da admissão à cotação.

Artigo 2.º

(Apresentação do pedido)

O pedido de admissão à cotação deve ser apresentado mediante requerimento endereçado ao Conselho de Administração da Bolsa de Valores, subscrito pelo operador de bolsa que patrocina o pedido e, conforme o caso, pela entidade emitente ou pelos portadores dos valores a cotar que detenham pelo menos 10% desses valores e sejam os promotores da admissão.

Artigo 3.º

(Admissão à cotação de acções)

1. O requerimento de admissão à cotação de acções deve conter as seguintes informações:
 - a) Identificação da entidade emitente, com discriminação da denominação social, montante do capital social, sede, número de identificação fiscal (NIF) e número de registo na conservatória do registo comercial;
 - b) Relatório de gestão e contas anuais relativos aos dois exercícios anteriores ao pedido de admissão;
 - c) Comprovativo que a capitalização bolsista previsível das acções que são objecto do pedido de admissão à cotação oficial ou, na sua falta, os capitais próprios da sociedade incluindo os resultados não distribuídos do último exercício não são inferiores a 100.000.000\$00 (cem milhões de escudos);
 - d) Quantidade de acções objecto do pedido de admissão, seu valor nominal unitário e comprovativo que as mesmas são livremente negociáveis;



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

- e) Natureza e forma de representação das acções a admitir;
 - f) Comprovativo de que o pedido de admissão à cotação engloba todas as acções da mesma categoria que se encontrem emitidas;
 - g) Comprovativo de que se encontra assegurada, até ao momento da admissão à cotação, uma suficiente dispersão das acções pelo público;
 - h) Descrição dos direitos e obrigações especiais das diferentes categorias de acções representativas do capital social, se as houver;
 - i) Sendo o caso, identificação geral de outros valores mobiliários da sociedade emitente admitidos à negociação em bolsas de valores estrangeiras;
 - j) Sendo o caso, indicação da legislação especial a que a entidade emitente se encontre sujeita;
 - k) Indicação sobre se o pedido de admissão é requerido pela própria entidade emitente ou por portadores dos valores a cotar.
2. A Bolsa de Valores pode derrogar a apresentação da informação prevista nos termos da alínea b) do número anterior sempre que entenda que esta derrogação é recomendável por razões de mercado e desde que os investidores disponham das informações necessárias para formarem um juízo fundamentado sobre a sociedade e sobre as acções cuja admissão à cotação é pedida.
3. Para efeitos da validação da informação requerida nos termos da alínea g) do número 1 do presente artigo e em conformidade com o disposto nos termos do número 3 do artigo 116.º do Código do Mercado dos Valores Mobiliários, presume-se existir uma dispersão suficiente das acções pelo público quando as acções que forem objecto do pedido de admissão à cotação se encontrarem dispersas pelo público numa percentagem não inferior a 10% (dez por cento) do capital social subscrito e representado por essa categoria de acções ou, na sua falta, um número não inferior a 50.000 (cinquenta mil) acções.
4. No caso de admissão à cotação de novas acções resultantes de aumento do capital social de sociedades com acções já cotadas, o requerimento deve contemplar, para além das indicadas no número anterior, as seguintes informações:
- a) Datas de início e de encerramento do período de subscrição das acções correspondentes ao aumento do capital social;
 - b) Modalidade da emissão, com indicação dos destinatários da mesma e menção do número de acções e respectivo preço referente a cada classe de subscritores prevista e, sendo o caso, número de acções atribuídas a cada accionista, em proporção das anteriormente detidas;



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

- c) Data de entrega dos títulos definitivos, tratando-se de valores titulados, ou data de abertura da conta de registo da emissão, tratando-se de valores escriturais;
- d) Direitos inerentes às novas acções, designadamente direito ao dividendo a atribuir relativo ao exercício em que a emissão teve lugar.

Artigo 4.º

(Admissão à cotação de obrigações)

1. O requerimento de admissão à cotação de obrigações deve conter as seguintes informações:
 - a) As informações constantes das alíneas a), b), d) a g) e h) a k) do número 1 do artigo 3.º, com as devidas adaptações;
 - b) Indicação do montante do empréstimo obrigacionista, o qual não poderá ser inferior a 20.000.000\$00 (vinte milhões de escudos);
 - c) Demonstração de que o pagamento do capital e dos juros está razoavelmente garantido;
 - d) Datas de início e de encerramento do período de subscrição do empréstimo obrigacionista;
 - e) Modalidade da emissão, pública ou privada;
 - f) Sendo o caso, indicação das diferentes séries pelas quais se repartem as obrigações emitidas;
 - g) Data de entrega dos títulos definitivos, tratando-se de valores titulados, ou data de abertura da conta de registo da emissão, tratando-se de valores escriturais.
2. É aplicável à admissão à cotação de obrigações, com as necessárias adaptações, o disposto no número 2 do artigo 3.º.
3. A Bolsa de Valores pode ainda dispensar a apresentação da informação prevista nos termos do número 1, alínea b) do artigo 3.º se a emissão de obrigações for realizada ao abrigo do artigo 391.º, n.º 2, do Código das Empresas Comerciais.
4. Em conformidade com o disposto nos termos do artigo 117.º, n.º 3, do Código do Mercado dos Valores Mobiliários, as obrigações convertíveis e as obrigações ou outros valores que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções só podem ser admitidos à cotação se as acções às quais eles se referem tiverem sido anteriormente admitidos à cotação ou aí forem admitidos simultaneamente.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

5. A Bolsa de Valores pode dispensar o cumprimento do disposto no número anterior caso considere que os portadores das obrigações dispõem de todas as informações necessárias para formarem um juízo correcto sobre o valor das acções relativas a estas obrigações.

Artigo 5.º

(Admissão à cotação de valores mobiliários estrangeiros)

1. A admissão à cotação dos valores mobiliários emitidos por entidades sujeitas a lei pessoal estrangeira que não sejam fundos públicos ou equiparados pela Bolsa de Valores encontra-se sujeita à verificação das informações exigidas para a admissão à cotação dos valores nacionais de idêntica natureza.
2. A Bolsa de Valores reserva-se o direito de relativamente aos valores mobiliários estrangeiros já admitidos à cotação requer igualmente a informação exigida para a admissão à cotação dos valores nacionais de idêntica natureza.

Artigo 6.º

(Admissão à cotação de outros valores mobiliários)

À admissão à cotação de outros tipos de valores mobiliários aplica-se o disposto no artigo 4.º, com as necessárias adaptações.

Artigo 7.º

(Instrução do pedido)

O pedido de admissão à cotação deve ser instruído com os documentos indicados no **Anexo A** à presente circular, no caso de acções, e no **Anexo B** à presente circular, caso o pedido de admissão respeite a obrigações.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Capítulo II
Prospecto de Admissão

Secção I
Exigibilidade e dispensa

Artigo 8.º
(Exigibilidade do prospecto)

A admissão de valores mobiliários à cotação fica condicionada à divulgação, nos termos do artigo 125.º n.º2 do Código do Mercado de Valores Mobiliários de um prospecto aprovado pela Bolsa de Valores.

Artigo 9.º
(Dispensa de elaboração do prospecto)

1. Quando o pedido de admissão seja apresentado no prazo de seis meses após a data de apuramento dos resultados de oferta pública de subscrição ou venda de que os valores a admitir hajam sido objecto, e tenha sido publicado por ocasião da oferta documento informativo único que preencha simultaneamente as exigências do anúncio de lançamento e do prospecto de admissão à cotação, essa publicação servirá como publicação do prospecto de admissão, sem que a nova publicação se tenha que proceder, mas sem prejuízo da publicação de referência no boletim oficial de bolsa a essa circunstância e da aplicabilidade, com as necessárias adaptações, do estabelecido no artigo 12.º.
2. Quando tenha sido publicado nos doze meses anteriores ao pedido de admissão à cotação um anúncio de lançamento de oferta à subscrição pública ou de oferta pública de venda, ou um documento considerado pela Bolsa de Valores como contendo informação equivalente à que deve constar do prospecto, a Bolsa de Valores pode autorizar que o mesmo se limite a contemplar os aditamentos ou modificações entretanto ocorridas relativamente aos elementos constantes do documento anterior.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Secção II
Prospecto

Artigo 10.º
(Princípios Gerais)

1. O prospecto deverá conter todas as informações que, de acordo com as características da entidade emitente e dos valores mobiliários cuja admissão à cotação é requerida, sejam necessárias para que os investidores possam ter um conhecimento fundamentado sobre o património, situação financeira, resultados e perspectivas da entidade emitente, bem como sobre os direitos ligados a esses valores mobiliários.
2. A informação constante do prospecto deve ser completa, objectiva, verdadeira, tecnicamente precisa, exposta de forma clara e expressa em linguagem acessível à generalidade dos investidores, devendo a informação ser sistematizada em quadros, mapas ou diagramas sempre que tal forma de apresentação contribua para melhor compreensão e mais fácil apreensão da informação a veicular.

Artigo 11.º
(Dispensa de inclusão de matérias no prospecto)

A pedido do requerente da admissão, a Bolsa de Valores pode dispensar a inclusão de informações no prospecto se:

- a) A divulgação dessas informações for contrária ao interesse público;
- b) A divulgação de tais informações for muito prejudicial para a entidade emitente, desde que a omissão não seja susceptível de induzir o público em erro sobre os factos e circunstâncias essenciais para a apreciação dos valores mobiliários em questão;
- c) Essas informações forem de importância menor para a oferta e não forem susceptíveis de influenciar a apreciação dos valores mobiliários em questão.

Artigo 12.º
(Adenda e rectificação ao prospecto)



BOLSA DE VALORES **CABO VERDE**

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

1. Se entre a data em que o prospecto é apresentado à Bolsa de Valores no âmbito do pedido de admissão à cotação e a data do início das transacções, ocorrer qualquer facto novo, ou se tomar conhecimento de qualquer facto anterior não considerado no prospecto, ou de alterações sensíveis dos factos ou situações em que este se baseou, ou, ainda, de inexactidões significativas na informação que dele consta, e tais factos, alterações ou inexactidões forem susceptíveis de influir de maneira relevante na avaliação que os investidores façam da entidade emitente ou dos valores mobiliários em causa, deverá a entidade emitente:
 - a) Informar imediatamente a Bolsa de Valores;
 - b) Introduzir no respectivo projecto as modificações apropriadas, se o prospecto não houver sido ainda aprovado;
 - c) Suster a sua publicação e introduzir as modificações apropriadas, se o prospecto já tiver sido aprovado, mas ainda não se encontrar publicado pela Bolsa de Valores no boletim oficial da bolsa e no sistema de difusão de informação da AGMVM;
 - d) Requerer imediatamente à Bolsa de Valores a adenda ou rectificação necessária ao prospecto, caso este já tenha sido publicado, a qual deverá ser divulgada após aprovação, a qual deverá ocorrer no prazo de sete dias úteis.
2. As medidas previstas no número anterior podem ser tomadas por iniciativa da Bolsa de Valores, independentemente de informação da entidade emitente, quando aquela tenha um conhecimento directo das circunstâncias aí previstas.
3. Nos casos previstos nos números 1 e 2, o início da negociação dos valores em causa poderá ser adiado, mediante aviso no boletim de cotações.
4. Caso os investidores já tenham transmitido ordens de aceitação relativamente aos valores mobiliários antes de ser publicada a adenda ou rectificação referida nos termos da alínea d) do número 1 têm o direito de revogar a sua aceitação durante um prazo não inferior a dois dias úteis após a colocação à disposição do público da adenda ou rectificação.

Artigo 13.º **(Conteúdo do prospecto)**

Ao conteúdo do prospecto de admissão à cotação de valores mobiliários em mercado regulamentado são aplicáveis, com as necessárias adaptações, o disposto no Regulamento da

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

AGMVM relativo ao prospecto de oferta pública de distribuição, publicado ao abrigo do disposto no artigo 187.º, n.º 3 do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Capítulo III

Instrução e decisão sobre o pedido de admissão à cotação

Secção I

Instrução

Artigo 14.º

(Instrução do pedido)

1. Recebido o processo, o Conselho de Administração pode:
 - a) Solicitar do operador de bolsa que patrocina o pedido os elementos, informações ou esclarecimentos adicionais que considere necessários para a apreciação do pedido de admissão;
 - b) Condicionar a admissão à prévia introdução no prospecto ou em quaisquer outros documentos que instruem o pedido, das modificações ou aditamentos que considere necessários para assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis e, nomeadamente, a adequada protecção dos investidores, solicitando do operador de bolsa que patrocina o pedido a apresentação de nova versão, reformulada, desses documentos.

Secção II

Decisão

Artigo 15.º

(Princípios gerais)

Na posse de todas as informações e documentos necessários à correcta apreciação do pedido e, designadamente, a avaliar da integral satisfação dos requisitos de admissão à cotação legalmente estabelecidos, o Conselho de Administração decide sobre o pedido de

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

admissão à cotação no prazo de cinco dias úteis, devendo fundamentar adequadamente a sua decisão quando esta seja no sentido do indeferimento do pedido.

Artigo 16.º
(Decisão de admissão à cotação de acções)

A admissão à cotação de acções deve ser recusada sempre que:

- a) Se verifique a ilegitimidade dos requerentes;
- b) Não sejam apresentados os documentos que devem instruir o pedido;
- c) Não sejam prestadas as informações e/ou os esclarecimentos adicionais necessários à apreciação do pedido;
- d) O prospecto não reúna as condições necessárias para a sua aprovação;
- e) Na apreciação feita o Conselho de Administração conclua que a entidade emitente ou os valores mobiliários a admitir não satisfazem integralmente todos os requisitos necessários à sua cotação conforme disposto nos termos do artigo 116.º n.º 1 do Código do Mercado dos Valores Mobiliários.

Artigo 17.º
(Decisão de admissão à cotação de obrigações)

A admissão à cotação de obrigações deve ser recusada sempre que:

- a) Se verifique a ilegitimidade dos requerentes;
- b) Não sejam apresentados os documentos que devem instruir o pedido;
- c) Não sejam prestadas as informações e/ou esclarecimentos adicionais necessários à apreciação do pedido;
- d) O prospecto não reúna as condições necessárias para a sua aprovação;
- e) A apreciação feita o Conselho de Administração conclua que a entidade emitente ou os valores mobiliários a admitir não satisfazem integralmente todos os requisitos necessários à sua cotação conforme disposto nos termos do artigo 117.º, n.º 1 e n.º 2 do Código do Mercado dos Valores Mobiliários.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 18.º
(Comunicação da decisão)

1. Decidido o processo, com observância do estabelecido nos números 1, 2 e 3 do artigo 124.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, deve o Conselho de Administração comunicar a decisão ao operador de bolsa que patrocinou o pedido.
2. A decisão de admissão à cotação significa que o Conselho de Administração considera o pedido de admissão procedente à luz da legislação aplicável, mas não envolve por parte dele qualquer garantia ou responsabilidade quanto à evolução da situação económica e financeira da entidade emitente, à sua viabilidade ou à qualidade dos valores mobiliários em causa, nem quanto à suficiência, objectividade, veracidade ou actualidade da informação prestada através do prospecto.

Artigo 19.º
(Processos simplificados)

1. O pedido de admissão à cotação de acções resultantes de aumento de capital por incorporação de reservas, emitidas por sociedade que já possua acções da mesma categoria admitidas à cotação, é apenas instruído com certidão da conservatória do registo comercial comprovativa de que o aumento de capital se encontra registado, por espécimes dos títulos ou por extracto completo da conta de registo da emissão, conforme o caso, e pelos documentos mencionados no número 11 do **Anexo A**.
2. Se a Bolsa de Valores se encontrar já na posse de quaisquer documentos que devam instruir os pedidos de admissão à cotação e os mesmos se mantiverem actuais à data da apresentação do pedido, o requerente está dispensado de os apresentar, desde que no pedido faça expressa menção a esse facto e indique o processo em que estes foram já anteriormente apresentados.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Capítulo IV
Disposições Finais

Artigo 20.º
(Excepções)

1. O disposto na presente circular não se aplica à admissão à cotação de fundos públicos nacionais e estrangeiros e de valores mobiliários aos mesmos equiparados, os quais serão admitidos à cotação nos termos previstos no artigo 115.º do Código do Mercado dos Valores Mobiliários.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, devem ser fornecidos à Bolsa de Valores pela entidade que determine a admissão todos os documentos respeitantes à emissão destinados a comprovar a identidade, natureza e características dos valores mobiliários, as respectivas condições de emissão, nomeadamente sua quantidade, valor nominal, taxa nominal de rendimento e forma da sua determinação, juro diário, datas de vencimento dos juros, condições e período de amortização e, em geral, todos os elementos necessários a determinar as condições da sua negociação e a adequada prestação de informação ao público e manutenção do competente registo pela Bolsa de Valores.

Artigo 21.º
(Norma revogatória)

É revogada a Circular da Bolsa de Valores de Cabo Verde n.º 02/BVC/OO.

Artigo 22.º
(Entrada em vigor)

A presente circular entra em vigor na data da sua publicação no boletim oficial da Bolsa de Valores.

O Presidente do Conselho de Administração
Manuel Lima

Praia, 27 de Março de 2012.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

ANEXO A

Instrução Documental dos Processos de Admissão à Cotação de Acções

1. Cópia das actas das deliberações ou resoluções dos órgãos sociais da entidade emitente, ou, quando for o caso, dos diplomas ou actos administrativos que, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, aprovaram a emissão.
2. Exemplar actualizado dos estatutos ou lei orgânica da entidade emitente.
3. Certidão do registo comercial ou, tratando-se de entidade não sujeita a registo comercial, documento de igual força emanado por quem tenha poderes para o efeito, comprovativa da existência e data de constituição da entidade emitente, do montante do seu capital social e da identificação de todos os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.
4. Relatórios de gestão, contas, pareceres do órgão de fiscalização e certificação legal de contas da entidade emitente relativos aos dois últimos exercícios, ou apenas aos exercícios decorridos, se tiver sido constituída há menos de dois anos.
5. Relatório de auditoria da entidade emitente realizado por auditor independente, inscrito na respectiva ordem profissional, caso os documentos a que se refere o ponto anterior respeitantes, pelo menos, aos dois últimos exercícios não tenham já sido objecto de certificação por um auditor que preencha tais requisitos.
6. Indicação das datas de publicação no Boletim Oficial das contas dos dois últimos exercícios anuais encerrados.
7. Espécime original de cada um dos títulos representativos das acções a admitir previstos nos estatutos, caso revistam forma titulada; se estiverem previstos espécimes de títulos ainda não emitidos, deverá a entidade emitente comprometer-se a enviar à Bolsa de Valores exemplares originais desses espécimes logo que proceda à sua emissão. Caso se trate de acções escriturais, extracto completo da conta de registo da emissão.
8. Indicação dos detentores do capital social da sociedade, sob a forma de listagem, com discriminação das respectivas participações sociais, devendo ser fornecida fotocópia das folhas do livro de presenças na mais recente assembleia geral efectuada, sem prejuízo da apresentação, caso exista, de documento mais recente demonstrativo da informação em causa.
9. Projecto de prospecto de admissão à cotação.
10. No caso de admissão à cotação de acções resultantes de aumento do capital social de



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

sociedades com acções da mesma categoria já cotadas, deverão ainda ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Folha branca onde se encontre aposto o carimbo utilizado na actualização dos títulos antigos, sendo o caso;
- b) Cópia da notificação da AGMVM concedendo o registo da emissão, quando aplicável;
- c) Indicação da data da publicação no boletim oficial de bolsa dos seguintes factos:
 - i. Exercício de direitos de incorporação ou subscrição;
 - ii. Emissão de novas acções;
 - iii. Resultado do rateio, sendo o caso;
 - iv. Troca dos boletins de subscrição ou dos títulos provisórios por títulos definitivos, sendo o caso;
 - v. Actualização dos títulos antigos, sendo o caso.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

ANEXO B

Instrução Documental dos Processos de Admissão à Cotação de Obrigações

1. Documentos mencionados nos números 1 a 7 e 9 do Anexo A, com as necessárias adaptações.
2. Certidão do registo comercial comprovativa da emissão do empréstimo obrigacionista, quando aplicável.
3. Cópia da notificação da AGMVM concedendo o registo da emissão, quando aplicável.
4. Indicação da data da publicação no boletim oficial de bolsa dos seguintes factos:
 - a) "Ficha técnica" do empréstimo com as condições de emissão;
 - b) Troca dos boletins de subscrição ou dos títulos provisórios por títulos definitivos, sendo o caso;
 - c) Pagamento dos juros correspondentes aos cupões já vencidos.
5. Documento comprovativo assegurando que o pagamento do capital e dos juros está razoavelmente garantido.